

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 001.00000137/2025-01

2. Descrição da necessidade

A contratação do curso "Licitações conforme a Lei nº 14.133/2021: regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos" é essencial para capacitar pregoeiros, membros de equipes de apoio, comissões de licitação, servidores de áreas requisitantes de contratos, auditores e outros agentes públicos envolvidos em processos de licitação e contratos administrativos. A necessidade deste treinamento decorre da promulgação da Lei nº 14.133/2021, que estabeleceu um novo marco legal para as licitações e contratos públicos, substituindo legislações anteriores e introduzindo significativas mudanças nos procedimentos e práticas até então vigentes.

A justificativa para a contratação deste curso reside na importância de alinhar as práticas dos agentes públicos com as novas exigências legais, garantindo assim a eficiência, a transparência e a legalidade na aplicação dos recursos públicos. O curso oferece uma abordagem prática e teórica que permitirá aos participantes compreenderem profundamente a nova legislação e aplicá-la corretamente em suas atividades diárias.

A metodologia de cálculo para quantificar o objeto do contrato foi baseada no número de participantes e na carga horária total do curso, resultando em um investimento total de R\$ 62.000,00 para até 100 participantes. Este valor inclui materiais didáticos, certificação e outros recursos necessários para a realização do curso.

Os benefícios diretos da contratação deste curso incluem o aumento da competência e da confiança dos servidores públicos em lidar com processos de licitação e contratação, o que pode resultar em processos mais ágeis e menos suscetíveis a erros ou fraudes. Indiretamente, o treinamento contribuirá para a melhoria da gestão dos recursos públicos e para o fortalecimento da governança e da accountability no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo.

Caso a contratação não seja realizada, o risco é a persistência de práticas desatualizadas e potencialmente ineficazes ou ilegais, comprometendo a integridade dos processos de licitação e a efetiva aplicação dos recursos públicos, além de expor a Administração Pública a riscos legais e reputacionais.

Portanto, a realização deste curso é não apenas uma medida de capacitação, mas uma necessidade urgente para assegurar que a Casa Civil do Estado de São Paulo e seus servidores estejam plenamente preparados para operar dentro dos parâmetros estabelecidos pela nova legislação de licitações e contratos administrativos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefia de Gabinete	Jessica Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objetivo da contratação é realizar um curso presencial fechado intitulado "Licitações conforme a Lei nº 14.133/2021: regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos", destinado a agentes públicos envolvidos em processos de licitações e contratos administrativos. Este curso visa oferecer treinamento especializado e aperfeiçoamento em relação à nova legislação de licitações, abordando aspectos de regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos específicos.

Requisitos da Natureza da Necessidade:

- 1. Serviço Técnico Especializado: O curso deve ser considerado um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, focado na transmissão de conhecimentos e práticas específicas sobre a Lei nº 14.133/2021.*
- 2. Profissional de Notória Especialização: O instrutor ou a instituição responsável pelo curso deve ser reconhecido como de notória especialização na área de licitações e contratos administrativos, garantindo a qualidade e a profundidade do conhecimento transmitido.*
- 3. Inviabilidade de Competição: Deve ser demonstrada a inviabilidade de competição para este tipo de serviço, justificando a escolha pela inexigibilidade de licitação. Isso se baseia na especificidade e na complexidade do tema, que limita o número de profissionais ou instituições qualificadas para oferecer o curso.*
- 4. Valor do Contrato: O valor total do contrato deve estar dentro dos limites estabelecidos para contratações diretas por inexigibilidade, conforme a legislação vigente.*

A contratação por inexigibilidade de licitação é justificada pelo Art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021, que permite essa modalidade para serviços técnicos especializados de natureza intelectual por profissionais ou empresas de notória especialização, e pelo Art. 75, II, que estabelece o limite de valor para essa modalidade de contratação.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para o curso "Licitações conforme a Lei nº 14.133/2021: regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos" revela que a A B Xavier Treinamentos EPP é a fornecedora do serviço, com capacidade para atender até 100 participantes e um custo total de R\$ 62.000,00. Este valor inclui materiais como kit ecológico, apostila impressa, acesso a material de apoio online e certificado em mídia eletrônica.

As características funcionais e técnicas do curso incluem uma carga horária de 31 horas distribuídas ao longo de cinco dias, abordando temas como a nova Lei de Licitações, modalidades de licitação, elaboração de Termo de Referência, entre outros aspectos relevantes para o público-alvo composto por pregadores, membros de comissões de licitação, servidores de áreas requisitantes de contratos, auditores e outros agentes públicos.

Os recursos necessários para a implementação do curso incluem um espaço adequado para a realização do evento, equipamentos de áudio e vídeo, e conexão à internet, que são de responsabilidade do órgão contratante. Não estão incluídos no investimento o coffee break nem o almoço.

Avaliando as alternativas, a proposta apresentada pela A B Xavier Treinamentos EPP parece ser a única opção viável mencionada no documento, sugerindo uma inexigibilidade de licitação devido à especialização do serviço oferecido, conforme o art. 74, III, f da Lei nº 14.133/2021. As vantagens incluem a expertise específica no tema da nova Lei de Licitações e a capacidade de atender até 100 participantes, enquanto a desvantagem pode ser a falta de opções competitivas que poderiam potencialmente oferecer um custo menor ou abordagens diferentes no treinamento.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação do curso "Licitações conforme a Lei nº 14.133/2021: regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos" é justificada pela inexigibilidade de licitação, conforme o Art. 74, III, f da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação de serviços técnicos especializados de natureza intelectual por profissionais ou empresas de notória especialização. O valor do contrato, R\$ 62.000,00, está dentro do limite estabelecido pelo Art. 75, II da mesma lei, que é de R\$ 62.725,59 para este tipo de contratação

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Itens e Componente de Custo de Cada Item:

- Kit ecológico, apostila impressa, acesso a material de apoio online, certificado em mídia eletrônica: Incluído no custo total*
- Espaço para realização do evento, equipamentos de áudio e vídeo, conexão à internet: Responsabilidade do órgão contratante, custo não especificado*
- Coffee break e almoço: Não incluído*

Custo Total no Ano: R\$ 62.000,00

Valor Depreciado: Não aplicável (serviço consumido no mesmo ano)

Custo Total de Propriedade da Solução Viável: R\$ 62.000,00

Análise Comparativa de Custos:

Dado que a A B Xavier Treinamentos EPP é a única opção viável mencionada, e considerando a especialização do serviço oferecido, a análise comparativa é limitada. A inexigibilidade de licitação é sugerida devido à especialização e capacidade única de atender até 100 participantes. A falta de opções competitivas impede uma comparação direta de custos, mas o custo total de propriedade é integralmente representado pelo valor contratado de R\$ 62.000,00, sem custos adicionais diretos previstos para o órgão contratante além da provisão do espaço e equipamentos necessários.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 62.000,00

Solução Viável: Curso de Licitações conforme a Lei nº 14.133/2021 por A B Xavier Treinamentos EPP
Descrição da Solução: Curso de 31 horas sobre a nova Lei de Licitações, abordando temas como modalidades de licitação e elaboração de Termo de Referência, destinado a pregadores, membros de comissões de licitação, servidores de áreas requisitantes de contratos, auditores e outros agentes

públicos.

Itens e Componente de Custo de Cada Item:

- Kit ecológico, apostila impressa, acesso a material de apoio online, certificado em mídia eletrônica: Incluído no custo total
- Espaço para realização do evento, equipamentos de áudio e vídeo, conexão à internet: Responsabilidade do órgão contratante, custo não especificado
- Coffee break e almoço: Não incluído

Custo Total no Ano: R\$ 62.000,00

Análise Comparativa de Custos:

Dado que a A B Xavier Treinamentos EPP é a única opção viável mencionada, e considerando a especialização do serviço oferecido, a análise comparativa é limitada. A inexigibilidade de licitação é sugerida devido à especialização e capacidade única de atender até 100 participantes. A falta de opções competitivas impede uma comparação direta de custos, mas o custo total de propriedade é integralmente representado pelo valor contratado de R\$ 62.000,00, sem custos adicionais diretos previstos para o órgão contratante além da provisão do espaço e equipamentos necessários.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da contratação do curso "Licitações conforme a Lei nº 14.133/2021: regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos" não é aplicável devido à natureza integrada e interdependente dos módulos que compõem o curso. Cada módulo é projetado para construir sobre o conhecimento adquirido nos módulos anteriores, criando uma experiência de aprendizado coesa e sequencial que seria comprometida se os módulos fossem oferecidos separadamente ou em lotes distintos.

Além disso, a logística de realização do curso em um único local durante um período contínuo de cinco dias reduz complexidades relacionadas à organização, deslocamento dos participantes e alocação de instrutores. Isso também facilita a gestão de recursos como espaço físico e equipamentos necessários, que já estão configurados para suportar o curso como um todo, sem necessidade de reconfigurações para diferentes sessões ou módulos.

Portanto, a contratação única e integral do curso é justificada pela necessidade de manter a integridade pedagógica do programa de treinamento e pela eficiência logística e operacional.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes mencionadas no documento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não há referência a outros instrumentos de planejamento do órgão no documento fornecido. A contratação do curso presencial para capacitação sobre a Lei nº 14.133/2021, destinado a agentes públicos envolvidos em processos de licitação e contratos administrativos, está alinhada com as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à formação e capacitação de

servidores, conforme estabelecido no art. 173 da Lei . A inexigibilidade de licitação para a contratação do curso é justificada pelo art. 74, III, f da Lei nº 14.133/2021, que corresponde ao inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, permitindo a contratação direta para serviços de instrução por professores ou especialistas .

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a contratação do curso sobre a Lei nº 14.133/2021 incluem a capacitação e atualização dos agentes públicos envolvidos em processos de licitação e contratos administrativos, proporcionando uma compreensão aprofundada sobre a nova legislação e suas implicações práticas. O curso visa melhorar a eficiência e eficácia dos processos licitatórios, promovendo a economicidade ao capacitar os servidores para realizar licitações e contratações mais estratégicas e alinhadas com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A formação oferecida busca também o melhor aproveitamento dos recursos humanos ao atualizar os conhecimentos dos servidores sobre as novas modalidades de licitação, tipos de contratação, e uso de tecnologias e sistemas eletrônicos, o que pode reduzir erros e aumentar a transparência e a competitividade dos processos. Além disso, o curso pretende contribuir para o desenvolvimento nacional sustentável ao preparar os servidores para implementar práticas de contratação que considerem critérios de sustentabilidade e inovação, conforme previsto na nova lei.

Esses resultados almejam não apenas a conformidade com a legislação, mas também uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos públicos, o que é fundamental para a administração pública e para a sociedade como um todo .

13. Providências a serem Adotadas

Antes da celebração do contrato para o curso sobre a Lei nº 14.133/2021, as seguintes providências devem ser adotadas:

1. Capacitação e Preparação dos Servidores: Garantir que os servidores envolvidos na fiscalização e gestão do contrato estejam devidamente capacitados. Isso inclui treinamento específico sobre a nova lei de licitações e contratos administrativos, focando em suas implicações práticas para a administração pública.

2. Adequação do Ambiente Organizacional: Adaptar o ambiente organizacional para suportar os novos processos e tecnologias introduzidos pela Lei nº 14.133/2021. Isso pode envolver a atualização de sistemas eletrônicos de licitação e contratação, bem como a revisão dos procedimentos internos para alinhá-los com as novas normativas legais.

3. Verificação de Conformidade Legal: Assegurar que todos os aspectos legais estejam sendo cumpridos, especialmente em relação às normas de inexigibilidade de licitação, conforme estipulado pela Lei nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de capacitação.

4. Infraestrutura para Realização do Curso: Confirmar que o local de realização do curso possui toda a infraestrutura necessária, como equipamentos de áudio e vídeo, acesso à internet e adequação do espaço físico para receber os participantes, garantindo assim a eficácia do treinamento.

5. Gestão Financeira: Preparar o orçamento necessário para cobrir todos os custos associados ao curso, incluindo o pagamento dos instrutores, materiais didáticos e certificações. É crucial garantir que o

investimento total esteja dentro dos limites legais para a inexigibilidade de licitação.

Estas providências são essenciais para garantir que o curso sobre a Lei nº 14.133/2021 atinja seus objetivos de capacitar os servidores de forma eficaz, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente das licitações e contratos administrativos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para o curso presencial "Licitações conforme a Lei nº 14.133/2021: regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos", os critérios de sustentabilidade devem incluir:

1. Baixo Consumo de Energia e Recursos:

- Utilização de materiais recicláveis ou certificados para apostilas e outros materiais didáticos.*
- Preferência por equipamentos eletrônicos de baixo consumo energético (projetores, computadores).*
- Instalações com boa eficiência energética para a realização do curso.*

2. Logística Reversa:

- Implementação de um sistema de coleta e reciclagem para todos os materiais descartáveis utilizados durante o curso.*
- Incentivo ao uso de materiais reutilizáveis (canetas recarregáveis, blocos de notas digitais).*

3. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:

- Impacto: Geração de resíduos sólidos (papel, plástico).*
- Mitigação: Utilização de materiais recicláveis e pontos de coleta seletiva no local do evento.*
- Impacto: Consumo elevado de energia elétrica.*
- Mitigação: Escolha de um local de realização que utilize energias renováveis e equipamentos de baixo consumo energético.*
- Impacto: Emissões de CO2 devido ao deslocamento dos participantes.*
- Mitigação: Incentivo ao uso de transportes públicos ou compartilhados entre os participantes.*

Essas medidas ajudam a minimizar os impactos ambientais associados à realização do curso e promovem práticas sustentáveis alinhadas com as políticas de responsabilidade socioambiental

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação é viável

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JESSICA SOUZA DE BRITO

Assessor